

O POSITIVISMO NO BRASIL

BREVE APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA PARA UM LEITOR EUROPEU

Paulo Eduardo Arantes

A larga e bem-sucedida difusão da Filosofia Positiva de Auguste Comte na segunda metade do oitocentos brasileiro — assim como no restante da América Latina — constitui até hoje um dos grandes mitos de nossa vida intelectual e política. Mal comparando, algo semelhante sucederia ao marxismo no século seguinte. O Positivismo entre nós foi antes de tudo um clima de opinião. Embora o principal chefe militar da República recém-proclamada o considerasse uma seita abstrusa, o fato é que ele foi presença aparatosa na publicística que acompanhou a agonia do Império e os primeiros anos do regime republicano, mais discreta e tergiversante porém, durante a campanha que culminou na Abolição da Escravatura. Não havia arenga ou editorial, debate parlamentar ou tertúlia científica, que não estivesse forrada com a gíria positivista; pipocavam na menor tirada "a anarquia mental", "a pedantocracia", "a ordem é fator do progresso", "a integração do proletariado", "os mortos governam os vivos" etc. Este aspecto mais desfrutável do sarampão positivista — de resto muito menos efêmero do que de hábito — se deve contudo ao caráter "popular" da doutrina, que o positivismo partilhava com as demais filosofias pós-universitárias do século XIX. Sua índole ambivalente de doutrina a um tempo social e especulativa — nem especialidade acadêmica, nem ideologia em estado bruto — era o que poderia haver de mais propício à argamassa de idéias gerais de que carecia a controvérsia político-cultural de nossas elites. Se pareceu vingar num terreno tão árido como o nosso, foi porque a própria secura do ambiente ia se encarregando de enxugar as ambições epistemológicas da doutrina em proveito das promessas de redenção social que encerrava.

Originalmente, este pequeno estudo destinava-se a uma publicação francesa, cuja encomenda me chegou meio por acaso. Ignoro se foi aceito.

Em suma, uma influência tão arraigada a ponto de figurar no lema da bandeira — "ordem e progresso" arrematam a simbologia *kitsch* do pavilhão nacional; no título e na letra de um samba de sucesso nos 30 deste século (onde um namorado abandonado acusa a ingrata de desprezar uma lei de Augusto Comte); num ou outro artigo da Constituição de uma Província de clara vocação separatista; ou ainda no breviário terapêutico de alguma clínica de doenças mentais; ou simplesmente nos costumes das famílias, que sempre encontram um positivista entre os antepassados, de frequentar Templo da Humanidade e tudo, e chamam de positivista, por não acreditar em micróbio, qualquer criança naturalmente refratária ao banho diário.

Essas miudezas, e muito mais, podem até mesmo assumir proporções apoteóticas se entrocarmos o rosário delas num mito de origem. A visão edênica que durante séculos acompanhou a colonização do Novo Mundo, ao alcançar os letrados dos primeiros tempos de vida independente à cata de ilusões compensatórias para a Civilização que mesmo assim tardava, conheceria uma derradeira metamorfose: o "atraso" podia ser ainda o nosso estigma de nascença, porém a juventude do Novo Continente assegurava-lhe a condição invejável de futura pátria da Liberdade, das Luzes e demais melhoramentos da cultura ocidental. Por que não do Positivismo? A pergunta não é tão bizarra quanto parece. Ninguém menos do que um eminente estudioso de Comte, como o Prof. Paul Arbousse-Bastide, considerava o nosso país a verdadeira pátria do Positivismo. Os positivistas brasileiros, costumava dizer o mestre francês aos seus alunos da Universidade de São Paulo, foram os únicos a compreender as verdadeiras intenções de Auguste Comte. Não direi que não, é claro, desde que se admita que nossa inépcia especulativa tenha tido o condão por certo involuntário de revelar o fundo falso do comtismo.

Sem chegar a tal extremo — mas daquela vez era um europeu quem sustentava que o Velho Mundo novamente se curvava diante do Brasil —, até hoje a avalanche positivista congrega gregos e troianos em torno da defesa de um mesmo ponto de honra nacional. Para os patriotas, a presença bem-sucedida das idéias comtianas entre nós é penhor de aptidão filosófica além de prova cabal de debate doutrinário próprio. E se alguma contraprova fosse necessária, o testemunho autorizado do Prof. Arbousse-Bastide ainda está aí ao alcance da mão. Para os culturalistas de esquerda, o bom sucesso do enxerto positivista era a confirmação literal de nossa índole "positiva", mais amiga do "concreto" e do "útil" do que da fantasia sem proveito a que se resumia a vã metafísica das antigas metrópoles etc. Quanto ao novo pensamento social materialista que a partir de meados deste século (ou um pouco antes) passou a revelar o Brasil para os brasileiros, a imensa voga positivista em nosso passado recente vinha demonstrar que já o nosso oitocentos — pelo menos desde 1870 — conhecia uma verdadeira sociedade de classes em que a dominação social não podia mais dispensar a sutileza do cimento ideológico menos rasteiro; os mais extrema-

dos neste zelo rigorista chegam a atribuir ao positivismo que impregnava razoável parcela das camadas dirigentes do país um papel preponderante no rumo autoritário que tomou a ordem burguesa entre nós, graças sobretudo ao primeiro impulso antiliberal que lhe deram militares comtianos empenhados na aparelhagem do novo Estado republicano.

Como a exortação patriótica é insípida em qualquer latitude, enquanto o finado culturalismo perdeu o pouco fôlego que tinha, detenho-me no equívoco da última posição¹, quando mais não seja por exprimir um ponto de vista rigorosamente europeu, na forma de um raciocínio clássico em três tempos: modernização econômica, novas classes em cena, idéias avançadas em circulação. Noutros termos, o positivismo aportara entre nós no bojo de uma revoada de novidades, nascíamos enfim para a vida moderna e a luta de classes, a aurora burguesa que se declarava anunciava também que finalmente emparelhávamos com a transição européia da qual éramos afinal caudatários: interesses materiais, atores sociais e ideologias, formavam sistema também nesta banda do oceano.

Por maior que tenha sido a integração, diferenciada por certo, entre o todo e suas partes ao longo da constituição do sistema mundial do capitalismo, ainda assim salta aos olhos a diferença de fuso histórico entre a terra do positivismo e a sua verdadeira pátria brasileira. Mais uma vez: não se pode dissociar a utopia conservadora de Comte de uma sociedade traumatizada por um cataclismo histórico-mundial como a Revolução Francesa, nem ignorar a consistência social da tradição iluminista que combatia, muito menos a urgência e a novidade dos conflitos sociais que sonhava petrificar numa ordem industrial antiliberal. Evidentemente, nenhum desses espectros rondava nossa pasmeira escravista. Quanto à mutação teórica em curso na nova epistemologia, melhor nem falar; conquanto esta última fosse algo fantasista e, ao que parece, em boa parte obsoleta em seu próprio tempo, tinha inegável continuidade social no processo de modernização por que passava a Europa burguesa — por certo uma reforma da qual sequer podíamos ter notícia e entendimento. Quando muito o prestígio renovado das matemáticas e das ciências positivas nobilitou o ofício de engenheiros, médicos e militares politécnicos, arranhando um pouco a hegemonia multissecular dos bacharéis.

Não basta todavia assinalar que latifúndio, monocultura e trabalho escravo não admitem sem disparate a transposição de esquemas mentais cristalizados na França do Segundo Império; é preciso acrescentar que na impropriedade do transplante reside uma das chaves do seu sucesso. As razões do bom êxito do positivismo entre nós eram outras tantas razões a desmenti-lo. Como não posso enumerar por extenso nem mesmo as principais, contento-me com dois exemplos.

(1) O leitor francês não pode evidentemente avaliar o quanto esta Nota é generosamente tributária dos trabalhos de Roberto Schwarz, mas pode por certo presumir que não cabe em nota tudo o que lhe é devido. De qualquer modo terá uma idéia da reviravolta que provocou nos estudos brasileiros, consultando a versão francesa do mais representativo deles, publicado em 1972, no nº 26 de *L'Homme et la Société*, sob o título de "Dépendance Nationale, Déplacement d'Idéologies, Littérature — sur la Culture Brésilienne au XIXème Siècle".

☆☆☆

Como o atraso fosse horroroso — nas palavras de um contemporâneo —, as idéias modernas eram sempre bem-vindas. Cedo ou tarde, porém, chegaria a sua hora da verdade, a prova dos nove que era a "monstruosa instituição" do trabalho escravo. Até mesmo os mais etéreos doutrinários do Apostolado, plantados no ar porém com os pés no chão, volta e meia punham anúncio em jornal oferecendo boa recompensa pela captura de escravo fujão. É verdade que tais anúncios também punham em alvoroço os mais sensíveis. Pelo menos por uma questão de decoro. Mantida no entanto a compostura, a nova ciência ainda ficava devendo o abrete sésamo "positivo" que incluísse a legítima propriedade de um semovente nos mandamentos da Religião da Humanidade.

Coube a um médico de província contribuição relevante neste domínio, o Dr. Pereira Barreto, compilador perfeitamente nulo de tratados positivistas franceses, cuja doutrina professava cuidando de evitar entretanto as demasias especulativas em que esta por vezes se perdia, pois era um espírito eminentemente prático, interessado antes de tudo em introduzir no país os últimos progressos da humanidade. Suas iniciativas neste campo foram abundantes e variadas, abrangendo tanto campanhas de combate à febre amarela, quanto o fomento à viticultura, à indústria da cerveja e dos refrigerantes. (Ignoro se a particular implicância dele com a pecuária do zebu era ou não ditada por alguma idéia de Comte, cujo sistema, como se sabe, não desdenhava o grotesco desses detalhes, um tique metodológico possivelmente herdado dos utopistas.) Como os demais protagonistas daquele primeiro capítulo modernista que se abriu com a década de 70 — naturalismo, monismo, darwinismo social etc., também estavam no páreo das reformas contundentes, que tais escolas tornavam ainda mais altissonantes —, o nosso médico de Jacareí (uma pequena cidade na Província cafeeira de São Paulo) também arregaçou as mangas, exasperado pelo "indiferentismo enervador de nosso meio ambiente". A fórmula é dele, mas a expressão-chave *indiferentismo* dava então a volta no pequeno mundo de nossas elites, acabrunhadas pelo caráter "amorfo e dissolvido" (outra expressão de época) do povo brasileiro, graúdos e miúdos arrastados juntos no mesmo "torvelinho da indiferença", sem embargo dos primeiros levarem vida muito boa. Ora, sabiam todos que essa letargia nacional era seqüela maior da abominável instituição que nos consumia.

Neste ponto podia intervir a mais prestativa das filosofias, devidamente azeitada pela lógica específica do liberal-escravismo brasileiro. Um dos elementos dela, o nosso positivista prático desenvolveu-o em chave irônica involuntária, na forma de uma "Teoria da Transigência", segundo a qual passamos a vida em transações, mas de tal maneira que transigimos com filosofias e preconceitos sociais como transigimos com chapéus e gravatas. Pensava sem dúvida na estratégia inata de nossos homens de mando, um certo vezo acomodaticio que amaciava os contrastes, permitindo, por exemplo, que alguém professando princípios republicanos (um chapéu entre outros) fizesse normalmente carreira nos quadros da monarquia

— bastava, e não era pouco, a observância estrita das regras tácitas do nosso patrono político. Ser positivista também era uma boa recomendação, de resto, era-se positivista por uma questão de princípio e não por ódio ao melhor dos monarcas. Pois bem, entre outros serviços prestados, o positivismo contemporizador do Dr. Pereira Barreto convidava a transigir com o escravismo sem abrir mão da causa patriótica do progresso. A Civilização e a agricultura científica exigiam a abolição do trabalho servil, porém a mais científica das filosofias da história condenava pela raiz o sentimentalismo retórico dos abolicionistas, mal estribados na ficção metafísica do direito natural. Patrioticamente aplicada, a Lei dos Três Estados recomendava que se substituísse o trabalho escravo pela servidão da gleba. O disparate de uma transição feudal numa ex-colônia que nunca deixara de produzir para o mercado externo, além do mais um feudalismo programado como um plano de Governo, a sandice de tal argumento não entrava nas cogitações de ninguém, e embora flagrante, não vinha muito ao caso. O que contava mesmo era o benefício ideológico nada desprezível que a inovação da lei de Auguste Comte representava para os brios nacionais: o cadáver que carregávamos no armário era apenas uma questão de fase histórica, portanto um mal necessário, porém transitório; uma tal imperfeição (sic), concluíam o Dr. Pereira Barreto e seus amigos, não importava vexame para a boa sociedade, sendo antes uma dura condição de progresso e por isso insensata seria a nação que dela se desprendesse bruscamente, ou então fizesse economia da etapa subsequente. Para que se tenha uma idéia da força gravitacional desses desajustes crônicos de raciocínio, lembro de passagem o monumental tropeço dado pelo marxismo em seus principais passos no Brasil. Deu-se com a transição chapada da seqüência escravismo-feudalismo-capitalismo algo semelhante ao antigo sucesso de público da lei dos Três Estados: num caso como no outro, o demônio da analogia sugeria sem mais o argumento etapista, e com ele, a ficção do nosso intermédio feudal.

☆☆☆

Sucedem também que todo esse ímpeto prático de nossos positivistas é fachada que não se pode tomar ao pé da letra. É preciso lembrar que estamos falando de um país de veleitários, onde a regra é o fogo de palha perene. O melhor da energia de nossos homens prestantes e bem-falantes se volatilizava ao contacto com a realidade gelatinosa do país. Daí a carapaça protetora da Indiferença. Não quero melhor exemplo do que o do mais famoso e influente dos Nossos positivistas, professor na importante Escola Militar, considerado pelos manuais o fundador de nossa República — e cujo nome de batismo enfim fará sorrir o leitor francês, tanto pelo Insólito da adoção quanto pela manifesta incongruência ideológica: Ben-

jamin Constant Botelho de Magalhães. Ora, para começar, este outro pilar de nossa aurora burguesa nunca se deu ao trabalho (ou ao desfrute) de votar, de resto um voto censitário restritíssimo, alegando nojo de nossos enredos políticos. Era-lhe indiferente quem governasse. Ou melhor, este espírito "positivo", encharcado de estudos matemáticos e arroubos civilizatórios, votou uma única vez, no último ano da monarquia, e mesmo assim porque desejou obsequiar um amigo da família, pondo assim à disposição da sutil engrenagem política do paternalismo local as luzes de um espírito superior. A anedota vem referida num clássico do ensaísmo de explicação do Brasil publicado há meio século, e serve de ilustração para o argumento que nos interessa: mostrava-se ali pela primeira vez que os nossos legendários positivistas eram tudo menos "positivos", em qualquer um dos sentidos que Comte poderia atribuir ao termo. Acometidos por um secreto horror à nossa realidade (continuava o ensaio em questão), os positivistas no Brasil foram sobretudo espíritos "negativos", e numa acepção de resto inteiramente estranha a Comte. Todos eles grandes ledores, viviam encaramujados em suas bibliotecas. — Quando vida mental e evolução social andam assim de bolas trocadas, essas inversões do *pour au contre* passam a contribuir para o descarrilamento do dia-a-dia ideológico. Neste sentido, mostrou-se, por exemplo, que nosso Naturalismo, ao contrário do francês, não era pessimista; que os primeiros baudelairianos brasileiros — quem diria — eram rapazes bem-postos e corados etc. Daí o enorme e duradouro prestígio do positivismo no Brasil, pois funcionava no limite como um *isolador* (também "isolavam", os estudos aprofundados de matemática, ou a publicação em alemão de uma folha filosófico-política em pleno sertão nordestino), por certo o gesto mais apropriado para se colher a flor amarela da Indiferença, um gesto porém que tinha a virtude de destacar do meio acanhado e fazer planar sem amarras sobre ele uma espécie de aristocracia do nada — sem prejuízo desses *happy few* servirem os amigos quando necessário.

Isso não é tudo. Um dos grandes lugares-comuns de nossa crítica social consiste em mostrar de mil maneiras o modo pelo qual séculos de escravismo foram desqualificando a ética burguesa do trabalho e quais as complicações que daí resultaram para a vida intelectual. Espírito, imaginação e inteligência, quando afloram espontaneamente como um talento que se traz do berço, são virtudes senhoriais; em contrapartida, o esforço que todo conhecimento requer fere o decoro exigido de quem não pode ter parte com nada que se assemelhe a trabalho, servil por definição. Assim sendo, é natural que fraseologia altissonante e economia primário-exportadora andem juntas. Por outro lado, como a vida das idéias não podia ter entre nós nenhum futuro cognitivo, resultava — como se observou naquele mesmo ensaio mencionado acima — uma espécie de atonia do espírito, que não excluía, pelo contrário, a mais acelerada vivacidade. Fundidas, passavam pela quintessência do *savoir vivre* intelectual. Neste solo fértil desembarcou o Sistema de Comte. Compreende-se que suas defini-

ções irresistíveis e imperativas, que o mosaico enciclopédico de pormenores especificados como numa vasta paisagem de miniaturista, mas sobretudo que sua feição ligeiramente amalucada de panacéia universal e fatal, tenham vindo a calhar.

Aqui principia a comédia de erros que vitimou um amigo do Positivismo e do Brasil como Paul Arbousse-Bastide. Pois quem secretamente tem horror à inércia continental do país e manifesta tamanho apego à palavra impressa, às idéias definitivas e congeladas, cedo ou tarde esbarrará no mito compensatório da instrução redentora. Uma filosofia do progresso como a de Comte, ao mesmo tempo em que reforça a atonia de que falávamos, vinha sancionar essa quimera: sua mania pedagógica — ou melhor, sua "doutrina da educação universal", corrigiria o Prof. Arbousse-Bastide — casava muito bem com o correspondente vezo do letrado local de demonstrar a propósito de tudo que o mal superior de que padecia o país consistia antes de tudo no mal de ser analfabeto. Por outro lado, mais uma vez, a lei *passe-partout* dos Três Estados lisonjeava em mais de um ponto nevrálgico o sentimento nacional vexado em permanência pelo coitejo obrigatório com os padrões europeus de civilização e cultura, assegurando pela voz da mais recente filosofia que não estávamos encalhados à margem do concerto das nações centrais por razões de inferioridade congênita, mas por mera diferença de fuso histórico; que apenas uma questão de tempo e paciência separava nossa juventude americana ainda "teológica" ou "metafísica" do estágio "positivo" para o qual caminhava a humanidade; de qualquer modo seguíamos o mesmo trilho evolutivo que fatalmente nos elevaria ao nível do século, está visto — aí o passo crucial — que não sem a indispensável colaboração da nova inteligência do país, cuja vocação educadora e dirigente as idéias de Comte vinham consagrar. Não espanta então que sucumbindo a tal miragem, o Prof. Arbousse-Bastide tenha finalmente encontrado na terra de Pereira Barreto e Benjamin Constant (o nosso) a verdadeira pátria do Positivismo.

☆☆☆

Em que pese a simpatia de tal conclusão e a autoridade de quem a tirou, ela não deixa de ser patentemente descabida. Menos despropositado contudo o desafoço imaginário que se procurou na filosofia da Ordem e do Progresso, sem dúvida à revelia do seu autor. Ora, em certo sentido, essa apropriação oblíqua e arrevesada dos grandes balanços histórico-filosóficos da modernidade parece ter sido a regra quando passamos à periferia da expansão capitalista.

Feitas as ressalvas de praxe, seria o caso de assinalar a função igualmente compensatória exercida pelo "marxismo legal" (assim chamado por suas publicações não serem clandestinas) na Rússia da virada do século.

O que significava ser russo e, pior ainda, intelectual, durante o último século do czarismo? Mais ou menos ruminar o seguinte rosário de desfeitas: nosso passado nada vale; o progresso atual é uma miragem; não somos europeus, muito menos asiáticos; a educação universal do gênero humano não nos alcançou; tudo em nós é postiço (o autêntico é barbárie e superstição); nem mesmo os enxertos pegam; tampouco convence a pretensa juventude do país — habitualmente alegada para equilibrar o prestígio da regra européia, que é tradição e continuidade —, pelo contrário, a existência nacional é fosca e obscura; enfim, somos "supérfluos" (para dar um nome turguenieviano ao *spleen* das camadas letradas), e isto na exata medida em que o país é inútil, um deserto à margem da história. Pois bem, o capítulo "legal" da transplantação russa do marxismo serviu sobretudo de muro de arrimo para essa espécie de consciência nacional infeliz. O marxismo dos anos 90 representou um alívio para todas as consciências, e se pensarmos no agrarismo que desaguou no programa *narodnik*, reconciliou a *intelligentsia* com o progresso industrial, a ponto de converter-se, como pretende Gerschenkron, numa sorte de ideologia da industrialização acelerada num país atrasado. Entremos na escola do capitalismo: com essa palavra de ordem, o marxismo vinha animar um novo surto ocidentalista, anunciando o renascimento nacional pela via da europeização econômica. Em resumo, marxismo e positivismo podiam divergir o tanto que se sabe, nem por isso deixavam de prestar serviços análogos: torno a lembrar que por força das promessas de redenção que encerravam, nelas incluída, antes de tudo, a certeza de que os mais "atrasados" podiam mirar-se no espelho dos mais "adiantados", as grandes filosofias oitocentistas da história foram um bálsamo para as classes cultivadas dos países "retardatários" ao longo do desencontrado desenvolvimento desigual do capitalismo.

☆☆☆

Como ficamos? No plano das generalidades, espero ter sugerido que um crítico europeu formado, por exemplo, na antiga e boa escola materialista de crítica da ideologia, encontraria por aqui tudo de que precisaria: falsa consciência, aparência socialmente necessária, interesses materiais bem cristalizados, dominação social ancorada na produção de mercadorias etc., mais, é verdade, a pedra no caminho do escravismo moderno, enquadrado aliás pelo que havia de mais avançado no ideário ocidental — e mesmo assim perderia o pé. Quando se diz que a ordem burguesa não chegou a tomar feição clássica em nosso país, também estamos querendo dizer que nosso liberal-escravismo de origem colonial desconheceu o nexos orgânico que na Europa sempre vinculou elaboração simbólica e processo social. Daí os transplantes descalibrados e os compromissos inesperados que roubam o fôlego a nossa vida intelectual. Assim, mesmo de relance, o lei-

tor francês viu-se confrontado com um Positivismo em estado de paródia involuntária. Resta ver se alguma luz menos deformante se fará no caminho de volta à Europa, mais precisamente, se nossas extravagâncias podem ter continuidade além-mar.

Voltemos aos arranjos ditados pela Teoria da Transigência do Dr. Pereira Barreto. No fundo, o que queria ele conciliar, sem embargo da combinação fora de esquadro evidente? Sem dúvida, a adoção acelerada dos melhoramentos do progresso moderno (das ferrovias às doutrinas estéticas) sem prejuízo dos benefícios decorrentes da ordem social local, sabidamente iníqua. Noutras palavras, elites modernizadas e de consciência leve, evoluindo com desenvoltura por entre relações sociais de produção horrendas — que aliás irão perdurar mesmo abolido o trabalho escravo. Portanto, modernizar-se sem modificar as estruturas sociais, engrenar a racionalização capitalista na herança colonial. Onde então faltou tirocínio ao nosso médico de província? A rigor, em nada: pelo menos pensaria assim quem sustentasse (e há sem dúvida quem o faça) que o mandamento positivista "ordem e progresso" que andava pela cabeça de nossos grupos dirigentes era um pouco mais do que uma frase sonora, a saber o próprio lema do processo de *modernização conservadora* que acabamos de evocar. E como esta via de passagem para a sociedade moderna se verificou em escala multinacional (pelo menos até a ruptura revolucionária, a variante russa mencionada há pouco parecia engajar-se pela mesma trilha), eis-nos de volta ao cenário mundial com algo a dizer, por que não, acerca dos seus descompassos gigantescos, e desta vez com a falsa consciência a todo vapor, como manda o figurino.

Isso posto, podemos recapitular o positivismo de Comte, o mesmo que faz sensação entre nossos bisavós, agora com os olhos armados pela experiência intelectual da periferia. — Uma das curiosidades ideológicas da França oitocentista foi sem dúvida o saint-simonismo dos irmãos Péreire, fundadores do *Crédit Mobilier*, instituição financeira responsável por uma inovação substancial nos mecanismos da expansão capitalista européia. Não obstante a Grande Revolução de 89, a França ainda era, em meados do século passado, um país de economia agrária relativamente atrasado. Seu *démarrage* na direção do capitalismo moderno deu-se afinal sob a égide do Estado Bonapartista e o impulso do capital financeiro em formação. Costuma-se explicar a excentricidade doutrinária dos irmãos banqueiros lembrando que nas condições francesas a rotina liberal seria incapaz de estimular um projeto de modernização acelerada. Quer dizer, o paradoxal saint-simonismo de um banqueiro vinha muito a propósito, servindo de caução ideológica (foguetório, no Brasil) à industrialização tardia, criando-lhe pelo menos a atmosfera de arrojo e racionalização de que carecia. Até aqui, de novo Gerschenkron, *et pour cause*. Ora, sabe-se que o amálgama comtiano (ou que outro nome se dê às esquisitices especulativas do positivismo) incorporou muito do *pathos* industrializante de Saint-Simon, temperando-o entretanto com uma fieira de dogmas contra-

revolucionários colhidos na Escola Retrógrada de De Maistre e De Bonald: uma simbiose de progressismo e retrocesso de que é emblema eloqüente a fusão de sociologia e religião da humanidade. Em suma, como disse alguém, a grande síntese "positiva" promovia uma verdadeira "fossilização do moderno". Seguramente mais um caso de irrupção do arcaico na experiência do homem moderno às voltas com a sociedade industrial emergente. A panacéia positivista estava longe portanto de ser trivialmente reacionária ou linearmente progressista: pelo contrário, seu antiliberalismo, por assim dizer mitológico, sublinhava os elementos mais rudemente autoritários do capitalismo industrial.

Mais longe não posso ir. Se continuasse extrapolando, seria mais razoável reconhecer nessa combinação a tal ponto intempestiva e premonitória de racionalização e regressão a síndrome ultra-reacionária da "modernização conservadora" à alemã, do que a transição para o capitalismo numa antiga colônia que já nasceu em seu campo. — Dito isso, não disse nada que um francês cultivado não saiba e evidentemente muito melhor do que eu, até porque os materiais para este breve cenário foram colhidos em parte num autor francês, que por certo conclui noutra direção. Convenhamos no entanto que seria preciso um olhar mais longínquo, vindo dos confins do subdesenvolvimento, para identificá-los e fazê-los render noutra registro, quem sabe até numa história *comparativa* do positivismo com-tiano contada por um brasileiro.

Paulo Eduardo Arantes é professor do Departamento de Filosofia da FFLCH da USP.

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 21, julho de 1988
pp. 185-194
